



16° Congresso de Iniciação Científica

AMBIENTE INSTITUCIONAL PARA A FORMAÇÃO DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DO ÁLCOOL DE PIRACICABA

Autor(es)

FLÁVIO EDUARDO FAVA

Orientador(es)

MÁRIO SACOMANO NETO

Apoio Financeiro

PIBIC/CNPq

1. Introdução

Diversos estudos apontam que o ambiente institucional tem relação direta com o desenvolvimento econômico. Essa é a principal tese do Prêmio Nobel de Economia, Douglas North, premiado em 1993. Para North (1973) as instituições foram fundamentais para o desenvolvimento da Europa e Estados Unidos e são indispensáveis para crescimento das economias emergentes. Por esse fato, propõe-se esse recorte de pesquisa, relacionando o ambiente institucional e a formação do APL do álcool de Piracicaba.

O ponto de partida de todos esses autores é o trabalho de Marshall (1920), o qual foi pioneiro em observar, a partir da análise dos distritos industriais na Inglaterra no final do século XIX, que a presença concentrada de firmas em uma mesma região pode prover ao conjunto dos produtores vantagens competitivas coletivas que não seriam verificadas se eles estivessem atuando isoladamente. É a partir da recuperação desses pressupostos que os autores, mesmo sob diferentes perspectivas, justificaram a importância das economias externas locais para a geração de vantagens concorrenciais para o conjunto dos produtores locais.

2. Objetivos

- Analisar o papel das instituições para a formação do arranjo produtivo local do álcool de Piracicaba (APLA)
- Realizar um levantamento bibliográfico sobre arranjos produtivos locais e ambiente institucional;

- Levantar o papel das instituições federais, estaduais e locais para apoio e estímulo de arranjos produtivos locais;
- Apresentar um breve diagnóstico do setor sucroalcooleiro no Brasil;
- Levantar o papel das instituições federais, estaduais e locais para apoio e estímulo do APLA.

3. Desenvolvimento

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL

O termo arranjos produtivo refere-se a concentração de quaisquer atividades similares ou interdependentes no espaço, não importando o tamanho das empresas, nem a natureza da atividade econômica desenvolvida, podendo esta pertencer ao setor primário, secundário ou, até mesmo, terciário, variando, desde estruturas artesanais, com pequeno dinamismo, até arranjos que comportem grande divisão do trabalho entre as firmas e produtos com elevado conteúdo tecnológico. É importante ter em mente que um APL pode englobar uma cadeia produtiva estruturada localmente ou concentrar-se em um ou alguns elos de uma cadeia produtiva de maior abrangência espacial (regional, nacional ou mesmo internacional).

AMBIENTE E ANÁLISE INSTITUCIONAL

A análise institucional contemporânea é um campo de estudo em franco desenvolvimento em vários campos das ciências, como: economia, sociologia e ciência política. Esse conjunto de estudos institucionais levou ao surgimento do “Novo institucionalismo”. O novo institucionalismo não é um corpo de conhecimento único; ao contrário, é composto por três diferentes perspectivas analíticas: institucionalismo histórico, institucionalismo da escolha racional e institucionalismo sociológico (HALL e TAYLOR, 1996). Nas três perspectivas busca-se explorar o conjunto de relações existentes entre as instituições e seu comportamento, bem como a explicação dos processos pelos quais as organizações se originam ou se modificam nas diferentes perspectivas analíticas.

A perspectiva institucional para o estudo das organizações pode ser tipificada como uma abordagem simbólico – interpretativa da realidade organizacional, apresentando uma posição epistemológica predominantemente subjetivista, na qual é salientada a construção social da realidade organizacional (PRATES, 2000).

A teoria institucional tem investigado uma gama de fenômenos. Tolbert e Zucker (1998) destacam trabalhos que abrangem desde a expansão de políticas de pessoal à redefinição fundamental da missão organizacional ou a formulação de políticas nacionais e internacionais por organizações governamentais. Grande parte da investigação originada deste modelo tem sido desenvolvida a partir de organizações não lucrativas, cuja tecnologias são indeterminadas (HALL, 1990). A multiplicidade de trabalhos desta perspectiva confere ao novo institucionalismo uma dificuldade inerente ao seu entendimento e sistematização.

Paralelamente a estes trabalhos, a Nova Economia Institucional (NEI) consolidava-se como uma ramificação do novo institucionalismo. Os autores precursores da NEI são Oliver Williamson e Douglas North. Em seu trabalho *Mechanisms of Governance*, Williamson (1996) desenvolve o conceito de estrutura de governança, que é definida a partir dos atributos das diferentes transações. O autor busca caracterizar uma transação através da incerteza, frequência e da especificidade dos ativos, para assim estabelecer uma estrutura de governança que venha diminuir os custos de transação, isto é, o escopo da firma. Este observou que a forma de coordenação predominante numa indústria (região ou país) depende da interação entre as dimensões microinstitucionais (especificidade dos ativos, oportunismo e incerteza) e macroinstitucionais (tipo e qualidade das instituições privadas e públicas, leis e normas que presidem uma indústria, a cultura dominante, a estrutura dos direitos de propriedade, etc.).

O ambiente institucional é assim definido:

“is the set of fundamental political, social and legal ground rules that establishes the basis for production, exchange and distribution. Rules governing elections, property rights, and the right of contract are examples

of this type of ground rules that make up the economic environment” (DAVIS e NORTH apud. FURQUIM, 1996, p.33)

AMBIENTE INSTITUCIONAL E FORMAÇÃO DO APL DO ALCOOL

O Arranjo Produtivo Local do Alcool (APLA) visa, a partir do trabalho conjunto, alternativas da cadeia produtiva do setor sucroalcooleiro, possibilitando a diminuição dos custos de produção e o aumento da competitividade do álcool na região de Piracicaba, consolidando-se como referência em nível nacional e mundial. Entre os objetivos específicos do projeto liderado pela Secretaria do Comércio e Indústria de Piracicaba estão a divulgação dos produtos e serviços prestados pela empresas, a utilização de uma marca que identifique o produto como APL do álcool, standardização e certificação do álcool e o desenvolvimento de novas tecnologias, elaboração de um projeto logístico para o escoamento do álcool do APL e estudos e pesquisas para novas aplicações, produtos e mercados a partir do álcool.

Hoje diversas empresas participam desse projeto liderado pela Prefeitura do município de Piracicaba, entre essas empresas estão as usinas, destilarias, empresas de transporte, implementos agrícolas, automação. Neste projeto também ocorre a participação de instituições de pesquisa, como o Pólo Nacional de Biocombustíveis que se encontra na ESALQ/USP, o Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem industrial (SENAI), a Associação Comercial e Industrial de Piracicaba (ACIPI), e o próprio Arranjo produtivo Local do Alcool de Piracicaba (APLA).

4. Resultado e Discussão

As instituições integrantes do APLA contribuem com o proposto por North (1994), que é o estreitamento das relações instituições-organizações de forma que gere o desenvolvimento da segunda, através de políticas adotadas em conjunto, além da posição institucional que ocupa determinada organização, seja de natureza técnica, troca de bens e serviços, ou institucional, difusão de normas de atuação, o que ocorre com as instituições do APLA é manter uma sinergia de incorporação de novos modelos de gestão e tecnologia, que leva as organizações a buscarem a contribuição dessas instituições que são destaques de atuação em suas áreas de pesquisa com o intuito de se obter uma resolução de problemas seja ele de caráter puramente administrativo e financeiro, ou de desenvolvimento de novos produtos, idéia essa colocada por Machado-da-Silva e Fonseca (1993). Durante a pesquisa foram constatados, a grande influência que as instituições geram sobre a empresa, mas também a influencia das empresas sobre as instituições, havendo uma reciprocidade muito grande, podendo ser definido como um ciclo o qual não se sabe onde se dá o início, pois ao mesmo tempo que as instituições definem suas linhas de pesquisa baseadas na necessidade que as empresas enfrentam no mercado, as empresas também necessitam da instituição para criar e desenvolver seus produtos, bem como definir suas formas de atuação, toda essa relação desencadeia um processo colocado por Williamson (1996) onde ocorre duas formas de ambiente institucional, os microinstitucionais e os macroinstitucionais.

5. Considerações Finais

Um grande leque de oportunidades fica aberto dentro do APLA, se tratando de grande sinergia para novos negócios, porém o ambiente requer cooperação entre os participantes desse APL, não apenas as empresas estão trabalhando em conjunto, mas instituições já trabalham em conjunto em várias pesquisas, fortalecendo dessa forma o caráter qualitativo e quantitativos das informações, bem como a riqueza dos dados apresentados.

Outras instituições já começaram a fazerem parcerias com empresas ligadas ao setor, promovendo inovações que trarão vantagens para todos, demonstrando um grande nível de reciprocidade.

Referências Bibliográficas

- ACIPI - Associação Comercial e Industrial de Piracicaba, Disponível em www.acipi.com.br, Acesso em: 15/06/2008
- CTC – Centro de Tecnologia Canavieira, Disponível em www.ctc.com.br, Acesso em: 05/02/2008
- ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Disponível em www.esalq.usp.br . Acesso em: 08/02/2008
- FURQUIM DE AZEVEDO, P. Integração vertical e barganha. 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996
- HALL, R. H. “Desarrollos recientes en teoria organizacional: una revision”. **Ciencia Y Sociedad**. v. XV, n. 4, outubro - Diciembre, 1990.
- HALL, P. A.; TAYLOR, R.C. Political science and the three new institutionalism. **Oxford: Blackwell Publishers**. Political Studies, n.XLIV, p.936-957, 1996.
- LINS, H. N. Clusters industriais, competitividade e desenvolvimento regional: da experiência à necessidade de promoção. **Estudos Econômicos, São Paulo**, 30(2):223-265, 2000.
- MACHADO-DA-SILVA, C., FONSECA, V. Homogeneização e diversidade organizacional: uma visão integrativa. In: **ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**, 1993, Salvador. *Anais*. Salvador: ANPAD, 1993. 1 CDROM.
- MARSHALL, Alfred.. **Principles of economics**. 8th. Ed. London: Macmillan, 1920.
- NORTH, D. C. Custo de transação, instituições e desempenho econômico. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.
- NORTH, D. C. e THOMAS, Robert P. (1973) – **The Rise of the Western World – A New Economic History** – Cambridge University Press – Cambridge
- OLSON, Ronald D. 1965. "**Mayan affinities with Chipaya of Bolivia II: Cognates.**" International Journal of American Linguistics 31: 29-38.
- PRATES, A. A. P. Organização e instituição no velho e novo institucionalismo. In: RODRIGUES, S.
- SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Disponível em www.sebrae.com.br acesso em: 20/10/2005.
- TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L.G. A institucionalização da teoria institucional. In CLEGG et. al. Handbook de estudos organizacionais. São Paulo, Atlas, 1998.
- WILLIAMSON, O. E. **Mechanisms of governance** . New York: Oxford University Press, 1996.